

---

## Supremo Tribunal Federal oculta inquéritos em trâmite na corte

O Supremo Tribunal Federal tem mantido em segredo total alguns inquéritos que tramitam na corte. Nesses processos ocultos, não é possível nem mesmo consultar o número do processo no site do tribunal para saber o andamento processual, segundo reportagens dos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Globo*.

Por regra constitucional, tramitam no Supremo investigações de crimes cujos réus têm prerrogativa de foro por função, como parlamentares e ministros de Estado. Em um dos processos ocultos listados pelo *Globo*, por exemplo, o ministro da Agricultura, Neri Geller, é investigado numa operação que apura fraudes em distribuição de terras.

O site *Jota* listou pelo menos dez inquéritos que não contém qualquer informação: 3.912, 3.820, 3.918, 3.841, 3.848, 3.867, 3.868, 3.877, 3.886 e 3.918.

Em nota, a assessoria de imprensa do STF disse que "o regimento interno do STF fixa competência exclusiva ao ministro relator para decretar a confidencialidade total ou parcial de inquéritos sob sua condução". Apesar de falar em sigilo, em nenhum momento o regimento interno menciona o processo oculto.

A medida é criticada por ministros. De acordo com o jornal *Folha de S.Paulo*, o ministro Marco Aurélio afirmou que a existência de investigações no Supremo deveriam ser públicas, ficando resguardado o sigilo somente em pedaços dos processos.

"Quando você tem documentos no inquérito que devem ficar sob sigilo, quebra do sigilo bancário, você manda envelopar. Mas os autos continuam acessíveis. E a tramitação poderia aparecer no sistema", disse. "Eu não concebo [processo oculto]. Passa a haver um mistério", completou.

Um dos inquéritos é o que apura a ligação do ministro da Agricultura, Neri Geller, a um esquema de venda ilegal de lotes da reforma agrária desvendado pela Operação Terra Prometida da Polícia Federal. A Justiça Federal disse que já enviou ao Supremo a parte do processo relacionada ao ministro, entretanto, não há nenhum registro no sistema do STF sobre este inquérito.

Em 2012, os ministros [iniciaram uma discussão](#) sobre os processos ocultos. Na ocasião, o então presidente da Corte, ministro Cezar Peluso, elaborou uma nota técnica sugerindo a adoção de normas para a omissão total de determinados inquéritos, os processos ocultos.

"Há casos, todos sabemos, em que a divulgação do andamento do processo criminal ou de informações sobre diligências não cumpridas atenta contra a segurança da sociedade e do Estado. Para essas hipóteses, não deve haver, ao menos inicialmente, acesso externo. Processos e diligências devem permanecer sob sigilo", disse Peluso aos demais ministros da corte, em reunião administrativa em 2012.

Alguns casos relacionados à operação lava jato também estão ocultos no Supremo Tribunal Federal, como a delação premiada do do ex-diretor da Petrobras, Paulo Roberto Costa, que está no gabinete do ministro Teori Zavascki. Entretanto, diferentemente dos demais processos, nesse caso o ministro Marco Aurélio é favorável. Para ele, nesses casos, é justificável que o processo fique oculto até que um inquérito seja formalmente aberto.

**Date Created**

07/12/2014